

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.183 - TO (2019/0011711-1)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A**  
**ADVOGADO : SIMONE ZONARI LETCHACOSKI - PR018445**  
**AGRAVADO : MARIA DO ROSARIO GUEDES BORGES ROCHA**  
**ADVOGADOS : ROGER DE MELLO OTTAÑO - TO002583**  
**MAURÍCIO CORDENONZI - TO002223B**  
**RENATO DUARTE BEZERRA - TO004296**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RETENÇÃO ILEGAL DE DOCUMENTOS PESSOAIS IMPEDINDO A TRANSFERÊNCIA PARA OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, ANTE O DESCREDENCIAMENTO PELO MEC. DANO MORAL E MATERIAL. DEVOLUÇÃO NA FORMA SIMPLES. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** ILEGITIMIDADE PASSIVA. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, POIS PARTICIPANTE DA CADEIA DE CONSUMO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS PRESTADOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO E *QUANTUM* EXCESSIVO. FALTA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. SÚMULA Nº 284, DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

MARIA DO ROSÁRIO GUEDES BORGES (MARIA) promoveu contra FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS e FAEL - SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S.A, ação de repetição de indébito c/c indenização por danos morais alegando que houve a retenção ilegal de seus documentos pessoais, impedindo a transferência para outra instituição de ensino ante o credenciamento pelo MEC.

Requeru a devolução em dobro das mensalidades pagas.

O pedido foi julgado procedente (e-STJ, fls. 264/269).

Interposta apelação pela FAEL, o Tribunal de origem deu-lhe parcial provimento para reformar a sentença e determinar a devolução dos valores pagos na

forma simples, em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. ENSINO SUPERIOR. DESCREDECIMENTO DO CURSO A DISTANCIA PELA PORTARIA 44/2009. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO CONFIGURADA. EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE. CULPA DE TERCEIRO. INOCORRÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CADEIA DE FORNECEDORES DO SERVIÇO CONTRATADO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DANOS MATERIAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. NÃO CABIMENTO. PAGAMENTO DEVIDO EM VIRTUDE DA CONTRATAÇÃO. QUEBRA DE CONTRATO. AUSÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÃO ANTE O DESCREDECIMENTO DO CURSO. RESTITUIÇÃO DOS DANOS MATERIAIS DE FORMA SIMPLES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 340).*

Inconformada, FAEL interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 485, VI do NCPC, alegando (1) ilegitimidade passiva; (2) ausência de comprovação dos danos morais, não passando o episódio de mero aborrecimento; e; (3) que o valor fixado pelos danos morais é excessivo, devendo sofrer redução.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 393/406).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) Da alegação de ilegitimidade passiva**

A Corte estadual, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu que a recorrente FAEL, estava envolvida na cadeia de prestação de serviços prestados à recorrida MARIA, sendo ainda responsável pela transmissão das aulas à distância, juntamente com a EADCON, não havendo diferenciação entre elas. Confirma-se o aresto recorrido:

*Da análise do contrato estipulado pela UNITINS e a recorrente (evento 8 - ANEXO 3), observa-se que a EADCON repassava parte da mensalidade cobrada dos alunos à Unitins, evidenciando a existência de parceria entre estas, sendo únicos seus objetivos e interesses, vejamos a disposição da cláusula sexta:*

*Cláusula Sexta - Dos Pagamentos e Prestações de Contas.*

*Para a consecução das metas e obrigações estabelecidas neste instrumento, fica ajustado que a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de 44,57% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e sete por cento) do valor restante depois de serem feitos os descontos sobre a receita bruta gerada pelas mensalidades recebidas de alunos matriculados nos Cursos desenvolvidos em parceria, mediante efetivação de repasse financeiro da conta corrente citada na Cláusula Quinta para conta corrente da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A.*

*Verifica-se da análise da cláusula contratual acima descrita, que a apelante integra a cadeia de fornecedores do serviço contratado pela autora, participando na execução do curso de ensino superior à distância contratado.*

*Portanto, é incontroverso que tanto a UNITINS como FAEL e a EADCON estão envolvidas na cadeia da prestação do serviço, a UNITINS responsável pela elaboração do plano pedagógico e a FAEL/EADCON eram responsáveis pela transmissão das aulas à distância, não havendo uma diferenciação entre estas (e-STJ, fl. 336 - sem destaque no original).*

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

**(2)(3) Dano Moral - Alegação de ausência de comprovação e *Quantum* excessivo**

A recorrente alegou ausência de comprovação do dano moral, bem como considerou excessivo o valor fixado, requerendo sua redução, todavia, nas razões do especial, não indicou os dispositivos legais eventualmente violados, fazendo incidir à hipótese o teor da Súmula nº 284 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.* A propósito:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. PRESENÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS Nº 284/STF E Nº 568/STJ.*

*1. A existência de omissão no acórdão embargado que não altera a conclusão do julgamento.*

*2. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.*

*3. Não havendo nas razões de recurso especial indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.*

*4. O entendimento da origem revela-se em conformidade com a orientação firmada nesta Corte, incidindo, no ponto, o óbice da Súmula nº 568/STJ, aplicável a ambas as alíneas autorizadoras.*

*5. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes.*

(EDcl no REsp 1537292/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 6/2/2018, DJe 14/2/2018 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar a verba honorária, pois já fixada no limite legal.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator